



HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Avenida Pará, nº 1720 - Bairro Umuarama
Uberlândia-MG, CEP 38405-320

Projeto Básico - SEI

Processo nº 23860.010540/2022-91

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto deste Projeto Básico aquisição de **Medicamento Dipirona; 500 mg/mL; solucao injetavel; 2mL** por dispensa de licitação emergencial com amparo legal no artigo 29 da Lei 13.303/2016 e artigo 78, inciso XV do RLCE, e de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes deste Projeto Básico e seus Anexos.

1.2. O processo será conduzido por Dispensa, pois se enquadra no Art. 78, inciso IV do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh:

Art. 78 É dispensável a realização de licitação nas seguintes situações:

XV - Em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no § 2º deste artigo;

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela abaixo:

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade (90 dias)
1	Dipirona; 500 mg/mL; solucao injetavel; 2mL	268252	ampola	80.000

1.4. Este Projeto Básico tem por objetivo fornecer dados e informações mínimas, necessárias ao processo de contratação, bem como estabelecer as obrigações e responsabilidades da empresa contratada;

1.5. Considerando o alto risco de prejuízo ao objeto a ser contratado comprometendo os princípios da eficiência, da seleção da proposta mais vantajosa e/ou da economicidade e a possibilidade de fracasso de um medicamento de primeira necessidade ao funcionamento do hospital, faz-se necessário que esta dispensa eletrônica seja aberta para ampla disputa e ainda que não haja cotas de até 25% para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), com o objetivo de incrementar a probabilidade de sucesso da licitação, conforme disposto no inciso II do Artigo nº 10 do Decreto nº 8.538/2015:

"Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;"

1.5.1. Apesar do acima exposto, as empresas classificadas como ME / EPP poderão participar do processo licitatório na modalidade de ampla concorrência. O próprio portal governamental (COMPRASNET) seleciona tais propostas, possibilitando ao pregoeiro convocá-las para baixarem seus preços, se for o caso, ou ainda apreciar a participação.

1.5.2. A contratação objeto deste Projeto Básico encontra amparo legal no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE e na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

2. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL

2.1. É importante esclarecer que emergência é a situação cujas condições impliquem sofrimento intenso ou risco iminente de morte que impõem imediatas providências por parte da Administração sob pena de potenciais prejuízos. Portanto a contratação emergencial se dá pela imperiosa necessidade da Administração em abastecer o hospital, tendo como amparo o art. nº 28, inciso XV, da Lei nº 13.303/2016:

"em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no § 2º", combinado com o do inciso XV do art. 78, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH - RLCE."

2.2. No próprio RLCE da EBSERH em seu artigo 82 traz que o processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou do executante;

III - justificativa do preço.

2.3. Atualmente o medicamento encontra-se com estoque crítico por conta da escassez no mercado como descrito no processo SEI n.º 23860.006561/2022-10 onde consta o documento 20963738 assinado por entidades clínicas da área de cuidado e segurança do paciente que relata a dificuldade de aquisição em todo território nacional.

2.4. No presente caso, a caracterização da situação emergencial resta evidenciada, pois a falta do medicamento ocasionaria aumento do tempo de hospitalização decorrente do manejo ineficiente de dor dos pacientes atendidos no Hospital de Clínicas de Uberlândia - Filial da EBSERH (HC-UFU/EBSEH). Isto pois, o medicamento é imprescindível para os seguintes cuidados da assistência médica:

a) Todas as condições clínicas atendidas no HC-UFU/EBSEH, em destaque os pacientes oncológicos, politraumatizados, parturientes, cuidados paliativos, sepse, pós operatório em geral e outras condições em estado críticos.

2.5. Haja vista a importância da continuidade e do pleno exercício dos serviços de assistência hospitalar oferecidos pelo Hospital, a indisponibilidade dos materiais contemplados neste Projeto Básico, acarretaria em consequências graves tanto ao sistema como aos pacientes por ele assistidos.

2.6. Dessa forma considerando a solicitação e as situações acima expostas, principalmente os níveis de estoques críticos, conclui-se que a aquisição do item incluído no processo de dispensa emergencial é indispensável para atendimento às demandas deste Hospital.

3. VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. Em razão do caráter de pronta entrega e pagamento da contratação, não se fará necessário a formalização de contrato. Isto pois, a contratação será formalizada mediante emissão de Nota de Empenho, conforme dispõe o art. 95, §1º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, assim como através de emissão de Ordem de Serviços ou de Fornecimento de Bens, a ser assinada por ambas as partes.

3.2. Em relação ao item anterior, em que pese ser de caráter de pronta entrega, em observância ao Parecer Referencial nº 5/2021/SCAD/CONJUR/PRES-EBSEH, a quantidade estimada foi calculada para abastecimento desta instituição pelo prazo de 90 dias, prorrogáveis por até 180 (cento e oitenta dias) ou até que encerre contratação de nº 23860.010504/2022-27.

4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1. O HC-UFU/EBSEH possui mais de 500 leitos e mais de 50 mil metros quadrados de área construída. Constitui-se o maior prestador de serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Minas Gerais e terceiro no ranking dos maiores hospitais universitários da rede de ensino do Ministério da Educação (MEC). Ele é referência em procedimentos de média e alta complexidade para 86 municípios da macro e micro regiões do Triângulo Norte e tem atuação multidisciplinar, conjugando atividades de ensino, pesquisa e assistência com o objetivo gerar, transformar e difundir o conhecimento e prestar serviços de saúde com excelência e de forma digna.

4.2. O item **Medicamento Dipirona; 500 mg/mL; solucao injetavel; 2mL**, foi licitado pela UASG 156654 no Pregão Eletrônico (PE) 63/2022 e PE99/2022, sendo item fracassado em ambos os pregões. O item também foi licitado no PE 07/2022 do HC-UFU/EBSEH, no entanto, a empresa não esta realizando a entrega do medicamento (SEI 23860.003027/2022-43). Durante o período também foram realizadas diversas tentativas de adesão a ata de registro de preços sem sucesso (22450960). A dipirona é um medicamento com ação analgésica e antitérmica, vale ressaltar a importância deste medicamento para manejo de dor.

4.3. Diante do exposto há necessidade de contratação por dispensa de licitação, considerando a necessidade deste medicamento para atendimento dos pacientes internados no HC-UFU/EBSEH com dor.

4.4. Desta forma, resta comprovado que o objeto contratado é imprescindível para manutenção da assistência no HC-UFU/EBSEH.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 5.1. A contratação ocorrerá mediante Dispensa Emergencial, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO**, por meio da escolha da proposta mais vantajosa com observância fiel do princípio da isonomia.
- 5.2. A adoção deste modelo se justifica diante da disponibilidade orçamentária para esta aquisição e por se enquadrar no Art. 78, inciso II do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.
- 5.3. O detalhamento e a especificação técnica do medicamento foi realizada a partir dos dados contidos no Sistema de Gestão de Materiais - SYSMAT e no Catálogo de Medicamentos da Rede Ebserh, devidamente padronizados pela Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) dessa instituição. Sendo assim, nas definições do objeto não foram incluídas especificações irrelevantes, informações desnecessárias ou que limitem a competição.
- 5.4. O medicamento **dipirona; 500 mg/mL; solucao injetavel; 2mL** é padronizado na instituição e está devidamente identificado por meio do código padronizado no Catálogo da Rede Ebserh, pelo CATMAT e pelo código do Sistema de Administração de Materiais (SYSMAT) de Hospital de Clínicas de Uberlândia - filial Ebserh.
- 5.5. A utilização preferencial da pesquisa com fornecedores encontra respaldo em orientação do Tribunal de Contas da União:

Contratação Direta. Justificativa do preço. Meios. A apresentação de cotações junto ao mercado é a forma preferencial de se justificar o preço em contratações sem licitação, podendo ser utilizados outros meios, caso aquela forma não seja possível ou não seja a mais adequada. (Acórdão nº 522/2014 – Plenário).

A justificativa do preço em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/93) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (Acórdão nº 1565/2015-Plenário).

6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 6.1. Os itens descritos neste Projeto Básico são classificados como bens comuns em atendimento ao disposto no inciso II do art. 3º do Decreto n.º 10.024/2019 e Decreto 10.520/2002, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Projeto Básico e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado.

7. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 7.1. Em razão da urgência da contratação, devido aos níveis críticos de estoque do (s) objeto (s) a ser (em) contratado, dispensou-se o emprego de chamamento público para a etapa de seleção em razão da maior morosidade deste.
- 7.2. Considerando que, embora a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 tenha instituído o Sistema de Dispensa Eletrônica no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, nos termos do seu art. 1º, não incluindo, portanto, as empresas estatais, a Ebserh, por ser integrante da administração pública indireta, já possui acesso ao sistema Comprasnet 4.0, o que lhe dá a possibilidade de utilização do Sistema, à luz do art. 3º, § 2º, da referida IN e do art. 122 do RLCE.
- 7.3. Ademais, por meio do Ofício-Circular - SEI nº 5/2021/SL/CAD/DAIEBSERH (15675413) foi orientado que as unidades hospitalares utilizassem a "nova ferramenta de seleção de fornecedores", qual seja a Dispensa Eletrônica.

"4. Assim, tendo em vista que o RLCE já aponta para o uso de sistemas eletrônicos diversos, ainda que somente para a fase de seleção do fornecedor e respeitada toda instrução processual com base na Lei nº 13.303/2016, resta expresso o objetivo da Administração de conferir maior transparência, publicidade, economicidade e ampla competição aos procedimentos inerentes à fase de seleção do fornecedor, ainda que de baixo valor. 5. Dessa forma, orienta-se às unidades hospitalares da Rede Ebserh que utilizem a nova ferramenta de seleção de fornecedores para as contratações diretas de baixo valor, denominada Sistema de Dispensa Eletrônica, regulamentado pela IN 67/2021 - SEGES/ME, respeitados os normativos aplicáveis à Estatal quanto à fase preparatória e execução contratual. Para tanto, registra-se que o manual para uso do sistema se encontra disponível em <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-deconteudo/manuais/dispensa-eletronica/manual-dispensa-eletronica-governo.pdf/view>." (OBS: O novo link do manual é este: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-ainformacao/manuais/dispensa-eletronica>. Acessado em 14/04/2022).

- 7.4. Diante de tal cenário, e por todos os fundamentos expostos, entende-se juridicamente viável a utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica instituído pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 para o caso concreto.

- 7.5. Por mais, o critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Projeto Básico, no instrumento convocatório e seus anexos quanto às especificações do objeto.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

- 8.1. A título de condições de participação, será verificada a inexistência no quadro de administração da CONTRATADA de pessoas com influência ou envolvidas em decisão de interesse exclusivo da EBSERH, em observância ao artigo 15, parágrafo único, da Política de Transações com partes relacionadas da empresa, a fim de afastar interesses secundários, ao qual será verificado por meio do link <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>
- 8.2. A CONTRATADA deverá apresentar declaração de que não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 19 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh de impedimento de licitar e de ser contratada pela Ebserh.
- 8.3. A CONTRATADA também deverá apresentar declaração de que cumpre a determinação constante no art. 7º, inciso XXXIII, da CR/88, que prevê "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".

9. HABILITAÇÃO

- 9.1. Na habilitação, será exigida a documentação apta a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte da CONTRATADA, conforme o disposto no art. 58 do RLCE, dividindo-se em:
- 9.2. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
- 9.2.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.2.2. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.2.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.2.4. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 9.2.4.1. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.2.4.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta contratação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

9.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 9.3.1. A regularidade fiscal será constatada por meio de consulta *“online”* ao SICAF e da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação abaixo relacionada:
- 9.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.3.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.;
- 9.3.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.3.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.3.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.3.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 9.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados ou declarações fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.4.2.	Cópia da Autorização de Funcionamento (art. 2º da Lei 6.360/1976 e art. 2º do Decreto 8.077) - A Autorização de Funcionamento (AF) é exigida de cada estabelecimento que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais. Também, de cada estabelecimento que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte com produtos para saúde.
9.4.3.	Cópia do certificado do registro do produto, emitido pela ANVISA, não sendo aceitos protocolos de solicitação inicial do produto (art. 7º, incisos VII a IX, da Lei 9.782/1999) - O Registro de Produto é o ato legal que reconhece a adequação de um produto à legislação sanitária. Sua concessão é dada pela Anvisa. Trata-se de um controle feito antes da comercialização, sendo utilizado no caso de produtos que possam apresentar eventuais riscos à saúde. Os documentos listados neste item não serão exigidos para os itens onde forem licitados produtos manipulados (oficiais/magistrais), no entanto, os mesmos deverão atender às exigências e normativas da RDC nº 67, de 08.10.2007, no que couber ao produto cotado.
9.4.4.	Alvará Sanitário da Licitante , emitido por órgão da Vigilância Municipal/Estadual da sede da licitante.
9.4.5.	Caso o Alvará Sanitário esteja vencido, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal/Estadual ou Distrital da sede da licitante.
9.5.	CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA:
9.5.1.	Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
9.5.2.	balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
9.5.3.	no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro;
9.5.4.	no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
9.5.5.	é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
9.6.	PROPOSTA DE PREÇOS
9.7.	Juntamente com a documentação de habilitação, a licitante deverá enviar proposta de preços com, no mínimo, as seguintes informações: descrição detalhada, unidade de medida, quantidade ofertada, preços unitários e totais, marca, fabricante, validade, número de registro emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, quando couber.
9.8.	A quantidade ofertada deverá ser igual ao quantitativo apresentado no quadro do item 1.3.
9.9.	Proposta de Preços com os valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados;
9.9.1.	Registro, Isenção de Registro e/ou Notificação dos Materiais na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/Ministério da Saúde. Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União, e também obtidos pelo endereço eletrônico www.anvisa.gov.br ;
9.9.2.	Ficará a cargo do proponente provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária/ANVISA;
9.9.3.	A licitante deverá indicar nos registros da ANVISA/MS enviados, os itens a que ela se refere, caso seja cópia do Diário Oficial da União - DOU, além da identificação do item, a licitante deverá marcar o local onde está a informação do registro;
9.10.	ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
9.10.1.	Os licitantes deverão atender todas as exigências contidas no Edital, as quais serão analisadas pelo Agente de Licitação e além destas, a Equipe de Planejamento de Contratação avaliará os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: a) Será verificado se o produto/marca ofertado possui registro notificações de eventos adversos e/ou queixas técnicas: I - Alerta de Farmacovigilância da ANVISA ou Notificação no NOTIVISA (Sistema de Notificação em Vigilância Sanitária) realizada pelo próprio HC-UFU ou por outro Hospital da Rede Sentinela/ANVISA; II - Notificação de Queixa Técnica e/ou Evento Adverso no VIGIHOSP do HC-UFU; III - Nos casos em que houver registro de alguma destas notificações e quando não houver comprovações de melhorias no produto com datas anteriores a abertura da sessão pública, o produto/marca ofertado estará passível de desclassificação; IV - A constatação quanto à regularidade será feita pelo Pregoeiro, quando encerrada a etapa de lances, em consulta aos representantes da equipe técnica do HC-UFU presente(s) na abertura da Sessão Pública.
10.	AMOSTRAS
10.1.	Para esta contratação não será exigido a apresentação de amostras.
11.	ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO
11.1.	O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias , contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa parcelada, conforme necessidade do HC-UFU/EBSERH.
11.1.1.	No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 6 meses.
11.2.	Dados para entrega:
11.2.1.	Endereço: endereço: Avenida Amazonas, nº 2210, Bairro Umuarama - Bloco 2Z. Uberlândia - Minas Gerais. CEP: 38405-302.
11.2.2.	Horário de recebimento: Segunda a sexta-feira, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:30 horas
11.2.3.	Telefone(s) para contato: (34) 3218-2359 / (34) 3218-2400
11.2.4.	E-mail: sesup.hc-ufu@ebserh.gov.br
11.3.	Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo responsável em acompanhar e fiscalizar o objeto, para efeito de verificação da sua conformidade diante das especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.
11.4.	Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da notificação feita à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
11.5.	Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
11.5.1.	Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
11.6.	O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.
11.7.	As informações contidas na Nota Fiscal/Fatura de Fornecimento deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de forma a facilitar a conferência.
11.8.	Na nota fiscal deverá constar a descrição do material.
11.9.	O produto importado terá que trazer em sua embalagem as instruções em português.
11.10.	As embalagens terão que conter todos os dados referentes ao produto, como determina o Código de Defesa do Consumidor (fabricante, data de fabricação, lote, data de esterilização, prazo de validade, advertências, etc.), assim como o Registro junto ao Ministério de Saúde (Conforme Portaria nº 01, de 3/01/96).
11.11.	Na entrega, será efetuada a conferência dos produtos, para verificação da conformidade destes com o constante na Nota de Empenho e nas exigências deste Projeto Básico.
11.12.	Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens lacradas pelo fabricante. Exceção será feita àqueles produtos comprados em quantidade inferior a menor embalagem expedida pelo fabricante.

11.13.	O HC-UFU/EBSERH reserva o direito de não receber produtos que sejam entregues:
11.13.1.	em embalagens de papelão que contenham diversos produtos, ou seja, na mesma caixa materiais diferentes, não proporcionando uma condição boa de identificação e conferência no ato do recebimento;
11.13.2.	em embalagens que apresentem sinais de violação ou que estejam em estado precário que levante dúvidas quanto à procedência do item.
12.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
12.1.	São obrigações da Contratante:
12.1.1.	receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;
12.1.2.	verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
12.1.3.	comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
12.1.4.	acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
12.1.5.	efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Projeto Básico;
12.1.6.	garantir o acesso da CONTRATADA e de seus prepostos aos locais de entrega do material;
12.1.7.	providenciar a publicação dos atos da Administração relativos a esse processo;
12.1.8.	fornecer à CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas.
12.2.	A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
13.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
13.1.	A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
13.1.1.	efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: descrição do objeto, marca/modelo, unidade de medida, quantidade do item, valor unitário e total do item e prazo de garantia ou validade;
13.1.2.	responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
13.1.3.	substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;
13.1.4.	comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
13.1.5.	manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico;
13.1.6.	indicar preposto para representá-la durante a execução da contratação.
13.1.7.	Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
13.1.8.	Atender, em qualquer tempo, as solicitações para fornecimento de amostras dos produtos, formuladas pela Contratante, para análise da qualidade dos produtos;
13.1.9.	Substituir de forma automática o Produto recusado pela Contratante, que o avaliará segundo as exigências contratuais e demais condições do processo, ou complementar os quantitativos faltantes, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data do recebimento da notificação, correndo por sua conta e risco as despesas totais decorrentes da devolução dos lotes recusados;
13.1.10.	Efetuar, por sua conta e ônus, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da comunicação, a troca dos produtos que se deteriorarem ou perderem suas características, respeitadas as condições de estocagem e o prazo de validade dos produtos.
13.1.11.	Cumprir todas as obrigações deste Projeto Básico, bem como todas as exigências contidas neste Projeto Básico e na Proposta que sejam de inteira competência do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO.
13.1.12.	Ter em seus estoques quantitativos suficientes para atender à Contratante, na forma e qualidades adequadas, de acordo com os parâmetros adotados pelo órgão fiscalizador oficial competente;
13.1.13.	Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei;
13.1.14.	Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente Contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.
14.	DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES
14.1.	É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
14.2.	A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor.
14.3.	O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à CONTRATANTE.
15.	DA SUBCONTRATAÇÃO
15.1.	Não será admitida a subcontratação do objeto desta contratação.
16.	DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA
16.1.	É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos neste Projeto Básico; sejam mantidas as demais cláusulas e condições deste Projeto Básico; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.
17.	DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
17.1.	O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação da conformidade da entrega do medicamento , de forma a assegurar o perfeito cumprimento do acordo e cumprimento da legislação pertinente, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 101, §2º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.
17.2.	É facultada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.
17.3.	A verificação da adequação da entrega do medicamento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
17.4.	O objeto da contratação será recebido: I - provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para verificação da conformidade com as exigências contratuais; II - definitivamente, quando verificado o atendimento das exigências contratuais.
17.5.	O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
17.6.	O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.
17.7.	A fiscalização será de competência e responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento está sendo plenamente cumprido, dentro das especificações e demais registros, bem como autorizar o pagamento das faturas, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.
17.8.	A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

17.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.10. O fiscal deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura de Serviços devidamente atestada, ao Setor de Gestão Orçamentária e Financeira, em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, para que seja efetuado o pagamento. O atesto da NF/fatura somente deverá ser realizado após a conferência da regularidade dos serviços e/ou entrega do(s) material(is).

18. PAGAMENTO

18.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação abaixo relacionada:

18.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

18.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

18.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

18.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

18.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

18.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Projeto Básico.

18.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato ou instrumento equivalente em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = TX / 365
TX = Percentual da taxa anual = 6%
I = (6/100) / 365
I = 0,00016438

19. DO REAJUSTE

19.1. Em razão do caráter de pronta entrega e pagamento da contratação em tela, a contratação será formalizada mediante emissão de Nota de Empenho, conforme dispõe o art. 95, §1º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, assim como através de emissão de Ordem de Serviços ou de Fornecimento de Bens, a ser assinada por ambas as partes. Dessa forma, não há que se falar em reajuste antes da emissão da Nota de Empenho.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução em razão do caráter de pronta entrega e pagamento da contratação em tela.

21. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

21.1. Não será exigida garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, pelos seguinte(s) motivo(s): por se tratar de simples fornecimento de material de consumo que já possui amparo no código de defesa do consumidor quanto as garantias.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

22.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

- 22.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 22.1.5. cometer fraude fiscal.
- 22.2. Conforme disposto no artigo 111 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE, pela inexecução total ou parcial da contratação, o HC-UFU/EBSERH poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - **Advertência por escrito**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

II - **Multa**:

a) 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III - **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com o HC-UFU/EBSERH, enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

22.3. As sanções de advertência e suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

22.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e subsidiariamente na Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999.

22.5. Poderá ser emitida GRU – Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela contratada. No caso do item 22.2 alínea "d", serão feitas as ocorrências mensais e glosadas na nota(s) fiscal(is) do mês subsequente.

22.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:
- Tabela 1
- | GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|-------------------------------------|
| 1 | 0,2% sobre o valor mensal dos itens |
| 2 | 0,4% sobre o valor mensal dos itens |
| 3 | 0,8% sobre o valor mensal dos itens |
| 4 | 1,6% sobre o valor mensal dos itens |
| 5 | 3,2% sobre o valor mensal dos itens |
- Tabela 2
- | INFRAÇÃO | | | |
|----------|--|--------------------------------------|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | MODO | GRAU |
| 1 | Deixar de indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato | Por ocorrência | 1 |
| 2 | Deixar de prestar esclarecimentos, quando solicitados | Por ocorrência | 1 |
| 3 | Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico, Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas | Por ocorrência | 2 |
| 4 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais | Por dia e por unidade de atendimento | 3 |
| 5 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais | Por ocorrência | 5 |
- 22.7. As demais sanções (multas) devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da União, ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União - DAU e cobrados judicialmente.

22.8. Caso o contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil).

22.10. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o HC-UFU/EBSERH poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

22.10.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.10.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.10.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados.

22.10.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar assinar o Termo de Contrato;

22.10.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

22.10.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

22.10.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

22.10.8. Não mantiver a proposta;

22.10.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

22.10.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

22.11. O HC-UFU/EBSERH informará os dados relativos às sanções por ele aplicado aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/13, bem como no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
23. **ESTIMATIVA DETALHADA DOS PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

23.1. O custo estimado da contratação ficará mantido em sigilo a teor do art. 34, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e art. 13 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

24. **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=36201146&infra_si...

6/9

24.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos provenientes do Orçamento Geral da União, a cargo do HC-UFU/EBSERH, cujo elemento de despesa específico deverá constar nas respectivas notas de empenho e expressamente indicados no presente processo pela autoridade competente.

24.2. Será solicitada declaração de disponibilidade orçamentária ao Setor de Gestão Orçamentária e Financeira do HC-UFU/EBSERH, a qual será juntada a este processo.

25. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

25.1. A contratação adotará práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

25.2. Nos termos do artigo 1º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01/2010, "as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas".

25.3. De acordo com o artigo 5º da mesma Instrução Normativa exemplificam alguns dos critérios de sustentabilidade ambiental que podem ser exigidos na contratação de bens:

- a) os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- b) sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

25.4. No âmbito da Ebserh, seu Regulamento de Licitações e Contratos prevê que:

- Art. 4º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:
- I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
 - II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
 - III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
 - IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;
 - V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;
 - VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pelo dirigente máximo da Ebserh, na forma da legislação aplicável.

25.5. Ademais, adotará as práticas de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e o Painel da Parte Específica do referido guia.

26. ANEXO - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

26.1. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

26.1.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

26.1.2. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

26.1.3. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

26.1.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

26.1.5. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

26.1.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

26.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

26.2.1. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

26.2.2. A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.

26.2.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.

26.2.4. O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

26.2.5. Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.

26.2.6. A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:

- a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
- c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;
- d) deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;
- e) as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;
- f) o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;
- g) as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.

26.2.7. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.

- 26.2.8. A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.
- 26.2.9. A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.
- 26.2.10. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.
- 26.2.11. A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:
- a) a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;
- b) as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 26.2.12. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.
- 26.2.13. A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.
- 26.2.14. Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 26.3. DA SUBCONTRATAÇÃO
- 26.3.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.
- 26.3.2. Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.
- 26.4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
- 26.4.1. A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 27.1. O presente Projeto Básico foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo.
- 27.2. O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade da Área Requisitante e pela autoridade responsável pela aprovação da conveniência e oportunidade.

Equipe de Planejamento da Contratação:

EDGAR JOSÉ PEREIRA
Chefe do Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos HC-UFU/Ebserh
Portaria SEI nº 406, de 24 de abril de 2020.

DENYR JEFERSON DUTRA ALECRIM
Chefe da Unidade de Planejamento e
Dimensionamento de Estoque HC-UFU/EBSERH
Portaria-SEI n.º 1068, de 12 de abril de 2022.

(assinado eletronicamente)
ROMANA SANTOS GAMA
Farmacêutica
Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoque
Membro da Equipe de Planejamento

(assinado eletronicamente)
DANIEL AZEVEDO DA SILVA
Assistente Administrativo
Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoque
Membro da Equipe de Planejamento

(assinado eletronicamente)
JOÃO BATISTA RODRIGUES DE MELO
Analista Administrativo
Unidade de Planejamento de Compras HC-UFU/EBSERH

1. De acordo.
2. À Gerência Administrativa.

(assinado eletronicamente)
MARCOS FERREIRA DE REZENDE
Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar
Portaria-SEI nº 124, de 05 de fevereiro de 2020

1. De acordo.
2. Diante da necessidade dos serviços exposta neste Projeto Básico e da manifestação da área técnica, corroboro a avaliação de que a aquisição de **Medicamento Dipirona; 500 mg/mL; solução injetável; 2mL**, representa a alternativa mais factível para suprir à realidade de demandas e as necessidades do HC-UFU/EBSERH;
3. Sendo assim, aprovo o Projeto Básico conforme seus próprios fundamentos;
4. Encaminhe-se à Unidade de Licitações para continuidade da instrução processual.

(assinado eletronicamente)
TÚLIO GONÇALVES GOMES
Gerente Administrativo do HC-UFU/Ebserh
Portaria-SEI nº 215, de 29 de dezembro de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Joao Batista Rodrigues De Melo, Analista Administrativo**, em 28/06/2022, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Azevedo Da Silva, Assistente Administrativo**, em 28/06/2022, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denyr Jeferson Dutra alecristim, Chefe de Unidade**, em 28/06/2022, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edgar José Pereira, Chefe de Setor**, em 28/06/2022, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ferreira de Rezende, Chefe de Divisão**, em 28/06/2022, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Túlio Gonçalves Gomes, Gerente**, em 28/06/2022, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22426264** e o código CRC **136EBBC7**.

Referência: Processo nº 23860.010540/2022-91 SEI nº 22426264